



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí



REQUERIMENTO Nº 174/2025

Senhor Presidente:

O Vereador que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, requer o envio do presente ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Robison Coelho, com cópia à Secretaria competente, tendo em vista que a Rodoviária de Itajaí constitui um equipamento público essencial, não apenas no atendimento à população local, mas também na conexão do município com outras cidades, estados e até países. Contudo, diante do visível processo de esvaziamento do terminal e da inatividade de grande parte das áreas comerciais, é legítima a preocupação desta Casa quanto à continuidade e à qualidade dos serviços prestados. Diante disso, solicitam-se as seguintes informações: 1 Cópia integral do contrato de concessão vigente, incluindo seus anexos e eventuais aditivos. 2 Informações sobre o andamento das tratativas para renovação ou eventual encerramento do contrato, considerando seu término previsto para dezembro de 2025. 3 Estudo técnico, parecer jurídico ou qualquer documento que esteja subsidiando a decisão do Executivo sobre a prorrogação, modificação ou nova licitação da concessão. 4 Avaliações realizadas pela Administração sobre o cumprimento das cláusulas contratuais por parte da empresa concessionária desde o início do contrato. 5 Quais medidas estão sendo consideradas para reativação das áreas comerciais desativadas no terminal rodoviário. 6 O Executivo reconhece que a redução no fluxo compromete a viabilidade econômica da concessão? Há estudos sobre o impacto disso no equilíbrio contratual? 7 Existe previsão de incentivo, direta ou indireta, para ajudar a concessionária a manter ou revitalizar os serviços? 8 Se há previsão de reforma, modernização ou melhorias estruturais no terminal como parte da eventual renovação contratual.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



JUSTIFICATIVA:

A Rodoviária Internacional de Itajaí (TERRI) é um equipamento público de extrema relevância para a mobilidade urbana, integração regional e desenvolvimento econômico do município. Com o contrato de concessão vigente prestes a expirar em dezembro de 2025, é imprescindível que esta Casa Legislativa exerça seu papel fiscalizador, acompanhando de perto os rumos dessa negociação.

O atual cenário de subutilização do terminal — com salas comerciais fechadas, estrutura visivelmente degradada e fluxo reduzido de passageiros — evidencia a necessidade de revisão criteriosa das condições contratuais e da qualidade dos serviços prestados. A possível renovação da concessão, ou mesmo a abertura de novo processo licitatório, deve ser pautada pela transparência, pelo interesse público e pela busca por um serviço mais eficiente, moderno e acessível à população. É dever do Legislativo assegurar que decisões dessa magnitude — que envolvem patrimônio público, concessão de uso e impacto direto na vida dos cidadãos — sejam tomadas com base em critérios técnicos, legais e sociais. Este requerimento busca, portanto, garantir o acesso às informações necessárias para que a Câmara Municipal possa acompanhar, opinar e, se necessário, intervir institucionalmente em defesa do bem coletivo.

SALA DAS SESSÕES, EM 27 DE JUNHO DE 2025

ROBERTO RIVELINO DA CUNHA (BETO CUNHA)
VEREADOR - Republicanos